

Histórico Candidatura DLBC-99-2015-02-049 Versão 7

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 23/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
503571172	RAIA HISTÓRICA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA
Morada (Sede Social)	
TRANCOSO	
Código Postal	Localidade
6420-137	TRANCOSO
NUT III	NUT II
Beiras e Serra da Estrela	Centro
Telefone	E-mail
271829040	geral@raiahistorica.org
Telefax	

271829047

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.raiahistorica.org>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

José António de Sales Gomes

Telefone Responsável

271829040

Cargo Responsável

Coordenador

Telemóvel Responsável

969681569

Serviço/Departamento

Desenvolvimento Local

Email Responsável

geral@raiahistorica.org

Email Alternativo

salesgomes@raiahistorica.org

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

O Grupo de Ação Local Castelos do Côa foi constituído em 2008 para responder às orientações de gestão da Abordagem LEADER no âmbito do PRODER para os concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel e Trancoso. Não dispondo de personalidade jurídica o GAL CASTELOS DO COA apoiou-se na experiência e capacidade de gestão da Entidade Gestora escolhida, a Raia Histórica – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira.

Criada em 1996, a Raia Histórica – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira (Anexo I _ Currículum da Raia Historica 2020) agrega 30 associados cuja representatividade compreende pessoas singulares, pessoas colectivas de direito privado e pessoas colectivas de direito público. Trata-se de uma associação de direito privado, reconhecida como ONGD, acreditada como entidade formadora pela DGERT e certificada no âmbito de sistema de qualidade ISO 9001:2008. É ainda entidade promotora do Gabinete de Inserção Profissional GIP CASTELOS DO COA e entidade executora do Programa Contrato Local de Desenvolvimento + Trancoso Empreendedor. Ambos projetos trazem para a experiência da Raia Historica valências complementares alinhadas com os objectivos da EDL. O seu corpo técnico constituído por 14 elementos milita quotidianamente por uma visão territorial alargada reconhecida no trabalho desenvolvido na gestão do Sub-programa 3 do PRODER, na gestão de uma oferta formativa articulada com as necessidades do território e pela insistente actividade do Gabinete de Inserção Profissional nos cinco concelhos.

O volume financeiro canalizado em 18 anos de intensa actividade ultrapassa os 30Milhões € (Centros Rurais, Leader II, Leader+, PRODER, INTERREG, enquanto principais fontes de financiamento). Do ponto de vista do desempenho ao nível da gestão dos programas e projetos, a região orgulha-se de ter estado sempre em elevados níveis de taxa de execução, liderando mesmo as tabelas a nível nacional. A título de exemplo, no âmbito do PRODER, Abordagem LEADER, a taxa de execução global (Funcionamento, PACA e Privados) ultrapassou os 95%.

A influência no tecido económico da região é hoje fundamental constituindo-se como uma plataforma de desenvolvimento através da qual os parceiros locais encontram soluções que viabilizam os projectos que contribuem para a regeneração económica e cultural do interior beirão.

As competências adquiridas na gestão de apoios comunitários conectam-se numa lógica participada e mobilizadora dos actores locais. A intervenção articula-se em permanência com as necessidades do território, materializadas nas sinergias existentes entre os diversos agentes. O GAL corporaliza um processo de sedimentação da parceria organizada de forma tentacular e com expressão crescente nas áreas da Agricultura, do Empreendedorismo, da Integração Social e do Património. Estas áreas deram lugar aos eixos estratégicos que norteiam o DLBC e enraízam-se na ação cruzada mas consertada levada a efeito nos últimos 18 anos. A face mais visível da ação concertada da parceria é retratada nos projetos de animação do território (Animação das Aldeias Históricas, Plano de Aquisição de Competências e Animação) e nos projetos de cooperação cujo contributo para a consolidação da parceria tem sido determinante. O carácter supra-regional do GAL aliado à experiência de concepção e implementação de Estratégias de Desenvolvimento garantem-lhe a confiança de uma parceria recentemente alargada para 109 entidades. Para além do número significativo de entidades colectivas que tocam os mais diversos domínios de intervenção, o processo de construção da parceria ficou claramente enriquecido com a adesão de todas as instituições de ensino superior que rodeiam a nossa área de intervenção (IPG, UBI, UTAD, IPB, ESAC), o que vem imprimir uma qualidade idónea ao processo de elaboração da estratégia. Por outro lado, as ligações transnacionais com Espanha, França, Itália, Grécia, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Brasil asseguram as condições necessária para encetar projectos de cooperação que sirvam para consolidar o DLBC do GAL CASTELOS DO COA. De resto, a vertente de cooperação sempre constituiu uma abertura de horizontes através da qual os parceiros do GAL beneficiaram de trocas de experiência e aprendizagens novas. Inclusive, existe hoje manifestações de grande impacto na região que nasceram no âmbito de projetos de cooperação liderados pela Raia Historica, como sejam: Feira das Tradições em Pinhel, Feira Medieval de Marialva e Castelo Mendo, Bodas Reais em Trancoso, Feira do Fumeiro em Trancoso.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
501122397	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALMEIDA	09/03/1914	11/03/1982	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
502280310	NERGA-NUCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA-ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL	09/05/1989	01/01/1990	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501216022	CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DA SERRA DA ESTRELA CRL	24/07/1981	30/07/1981	64190	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
502507764	ADM ESTRELA - ASSOCIAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO	04/12/1989	04/12/1989	87301	ONG - Organização Não Governamenta I
503252824	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES PARA PRODUÇÃO INTEGRADA DE FRUTOS DE MONTANHA	22/02/1994	22/02/1994	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
600027350	INSTITUTO POLITECNICO DE COIMBRA	26/12/1979	01/11/1995	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
502083514	UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR	30/04/1986	30/04/1986	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário - Unidade de I&D
502427035	CEVALOR-CENTRO TECNOLÓGICO PARA O APROVEITAMENTO E VALORIZAÇÃO DAS ROCHAS ORNAMENTAIS E INDUSTRIAIS	12/07/1990	12/07/1990	72190	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
600013758	INSTITUTO POLITECNICO DE BRAGANÇA	26/12/1979	29/12/1982	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico

600023265	INSTITUTO POLITECNICO DA GUARDA		16/08/1980	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
507709705	ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL- ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	06/09/2007	01/07/2008	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
501345361	UNIVERSIDADE DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO	14/09/1979	14/09/1979	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário
502866896	EAPN - REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL, ASSOCIAÇÃO	17/12/1991	17/12/1991	94995	ONG - Organização Não Governamental
503712914	CORANE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS CONCELHOS DA RAIA NORDESTINA	12/07/1995	19/02/1996	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
508674484	ASSOCIAÇÃO IES - INSTITUTO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL	19/12/2008	01/04/2009	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503427870	BEIRA-DOURO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO DOURO	08/05/1995	20/10/1995	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
504756117	ADSI - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	14/12/1999	14/12/1999	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
504616293	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA RIBEIRA TEJA E VALE DO CÔA (AARTVC)	05/08/1999	15/06/2000	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501233296	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MEDA	29/04/1929	29/04/1929	87902	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)

505161974	MUNICÍPIO DE MÊDA			20/03/1986	84113	Autarquias Locais
500008574	ADEGA COOPERATIVA DE MÊDA, COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	19/12/1956		19/12/1956	11021	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
504552104	ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DA BARREIRA	16/04/1998		16/04/1998	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504260936	ASSOCIAÇÃO SÓCIO-TERAPÊUTICA DE ALMEIDA, IPSS	26/10/1998		11/02/1999	87902	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
506625419	MUNICÍPIO DE ALMEIDA	12/07/1895		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
502697660	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL E SOCIAL DE ALDEIA DE S.SEBASTIÃO	18/12/1991		17/09/1995	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502134585	ACRIALMEIDA-ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE RUMINANTES DO CONCELHO DE ALMEIDA	10/01/1989		02/01/1990	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
500745749	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA	24/11/1947		24/11/1947	87902	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509227554	ASSOCIAÇÃO RIO VIVO	08/01/2010		10/08/2010	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)

501909915	CENTRO SOCIAL,CULTURAL E DESPORTIVO MIUZELENSE	14/12/1983	25/05/1993	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509588506	TERRITÓRIOS DO CÔA, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	02/11/2010	26/11/2010	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510834396	FREGUESIA DE AMOREIRA, PARADA E CABREIRA	28/01/2013	01/10/2013	84113	Associações de autarquias locais - Associação de freguesias e de municípios de fins específicos
500008680	ADEGA COOPERATIVA DE PINHEL, C.R.L.	27/11/1951	27/11/1951	11021	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
500886407	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PINHEL	12/03/1914	22/02/2007	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503173495	GRUPO DE AMIGOS DO MANIGOTO	23/11/1992	23/11/1992	87902	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
600075460	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PINHEL	01/08/2009	01/08/2009	85202	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas

501729526	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL E SOCIAL DA MALTA	15/12/1981	09/09/2002	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502292687	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA PAROQUIA DE PINHEL	02/02/1990	25/02/1990	94910	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504984993	JTP SOARES - AREIAS, LDA	04/05/2000	04/05/2000	08121	Sociedades Comerciais
504481630	SOARES 3 D - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, LDA	23/07/1999	23/07/1999	41200	Sociedades Comerciais
509679676	GRANIEXTRAÇÃO - UNIPESSEAL LDA	06/01/2011	06/01/2011	08112	Sociedades Comerciais
218886314	CLIP SOLUÇÕES CRIATIVAS		19/09/2014	74100	Pessoas singulares
506787249	MUNICÍPIO DE PINHEL	01/01/1984	01/01/1984	84113	Autarquias Locais
500008442	ADEGA COOPERATIVA DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO CRL	07/06/1956	07/06/1956	11021	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
505021340	TRANSUMANCIA E NATUREZA - ASSOCIAÇÃO	06/06/2000	13/06/2002	94992	ONG - Organização Não Governamenta I
505987449	MUNÍCIOPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	05/01/1977	05/01/1977	84113	Autarquias Locais
501071997	FUNDAÇÃO D.ANA PAULA AGUAS VAZ DE MASCARENHAS E GARCIA E DR.ALVARO AUGUSTO GARCIA-CENTRO INFANTIL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	26/03/1976	26/03/1976	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

501686932	CENTRO SOCIAL DE MATA DE LOBOS	26/07/1985	26/07/1985	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509676383	ADVA - ASS ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE VALE DE AFONSINHO - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	30/12/2005	01/08/2012	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503534927	AMADO & GONÇALVES LDA	02/11/1995	15/09/1996	10412	Sociedades Comerciais
504352075	LACTICÔA - LACTICÍNIOS DO CÔA, LDA	12/01/1999	12/01/1999	10510	Sociedades Comerciais
502104090	AENEBEIRA - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO NORDESTE DA BEIRA	28/04/1988	31/03/1989	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504593447	ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL DA BEIRA TRANSMONTANA - ESCOLA PROFISSIONAL DE TRANCOSO	13/07/1999	13/07/1999	85591	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
506513939	PISCOTÁVORA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS	13/03/2003	24/03/2003	02400	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
509764967	"ALTO DA BROCA" - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS	03/12/2002	08/02/2003	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
507011341	ASSOCIAÇÃO LUZLINAR	30/07/2004	30/07/2004	94991	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
500075123	COOPERATIVA AGRICOLA BEIRA SERRA - CRL	06/09/1956	25/09/1960	11021	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)

505434520	CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO DA TORRE DO TERRENHO	20/04/2001	20/04/2001	94991	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503074993	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA FREGUESIA DE RIO DE MEL-TRANCOSO	23/09/1993	19/12/1995	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501567488	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE FIÃES	13/07/1983	01/10/1997	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501987843	GRUPO DESPORTIVO DE TRANCOSO	08/02/1965	15/09/1998	93192	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
505391414	T.E.G.E.C. TRANCOSO EVENTOS, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM	09/08/2001	09/08/2001	70220	Setor Empresarial Local - Empresa Municipal
513148027	ASSOCIAÇÃO AMT - ACADEMIA DE MÚSICA DE TRANCOSO	10/09/2014	01/10/2014	85520	ONG - Organização Não Governamental
510967434	ACRG - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA GRANJA	21/01/2014	21/01/2014	94991	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504282476	ENCANTA - RESTAURAÇÃO E SERVIÇOS DE TRANCOSO, LDA	24/11/1998	24/11/1998	56290	Sociedades Comerciais
501143726	MUNICIPIO DE TRANCOSO		19/10/2013	84113	Autarquias Locais

503508985	DOURO SUPERIOR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	22/07/1994	01/01/1995	94991	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
501665897	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Valer do Távora e Douro	17/12/1985	17/12/1985	64190	Cooperativa
502499028	CRVBI - Comissão Vitivinícola da Beira Interior	14/12/1999	14/12/1999	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
504417533	Centro de Apoio a Idosos e Jovens da Freguesia da Coriscada	16/12/1998	24/02/1999	85321	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
502687460	Clube Desportivo, Recreativo de Solidariedade Social de Marialva	27/12/1991	01/01/2000	88990	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
503666785	Casa do Redondo	22/12/1995	15/03/1996		Sociedades Comerciais
501334963	Fortaleza Cooperativa Agrícola de Almeida, CRL	08/01/1981	08/01/1981	47784	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
504444573	Centro Lúdico, Cultural e Social de Vilar Formoso	16/06/1996	26/12/1996	88910	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501788310	Associação Cultural, Desportiva e Social do Valdeime	22/10/1980	17/11/1999	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

506160840	Associação de Melhoramentos e Apoio Social de Valbom	22/10/2002	08/08/2006	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
505203804	Centro Social de Apoio à Terceira Idade e Jovens de Ervedosa	20/12/2000	03/04/2002	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501102850	Obra Nossa Senhora das Candeias	19/08/1963	19/08/1963	85311	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500907749	Casa do Povo de Pinhel	01/07/1938	19/01/1940	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
503436321	Clube Desportivo Estrelas de Pinhel	18/05/1994	18/05/1994	92620	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
506691926	Associação Industrial e Comercial de Pinhel	14/11/2003	22/02/2006	91110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
509174523	Encostas do Côa, Turismo no Espaço Rural, Unipessoal, Lda	16/10/2009	16/10/2009	55202	Sociedades Comerciais
509134394	Risoturismo	11/09/2009	12/04/2012	55202	Sociedades Comerciais
505972140	NARP - Núcleo de Alcoólicos Recuperados de Pinhel	12/03/2002	12/03/2002	88990	Agências e associações de desenvolvimento regional e local

509185371	GREEN SMILE	19/10/2009	01/02/2010	23703	Sociedades Comerciais
506080056	CUBIGRANI, Lda	10/04/2002	03/05/2002	08112	Sociedades Comerciais
504560700	Associação de Solidariedade Social de Atalaia e Carvalhal	03/11/2000	15/10/2012	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502914491	Casa da Freguesia de Escalhão	05/02/1996	01/01/1974	87301	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
500336083	Cooperativa de Olivicultores de Escalhão	19/05/1950	19/12/1951	10412	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501163190	Santa Casa da Misericórdia de Figueira de Castelo Rodrigo	01/06/1923	01/06/1923	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
506546462	Centro de Solidariedade Social de Reigada	17/10/2003	28/05/2010	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
505049910	Associação Sócio Cultural de Freixeda do Torrão	29/09/1998	01/06/2000	86301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509392067	Associação Cultural e Desportiva de Vilar Tropim	28/04/2010	28/04/2010	94991	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

501377344	Santa Casa de Misericórdia de Trancoso	13/04/1905	13/04/1905	85310	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)
506987388	Marcelo Pimenta, Lda	28/05/2004	05/08/2004	73110	Sociedades Comerciais
509987133	Sampaio e Melo - Actividades Turísticas, Lda	15/09/2011	15/09/2011	55202	Sociedades Comerciais
509212409	IMTC, Lda	18/11/2009	11/12/2009	69200	Sociedades Comerciais
506120333	L. Augusto Publicidade, Unipessoal, Lda	13/05/2002	20/05/2002	74401	Pessoas singulares
501975713	Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo de Fiães	06/06/1984	06/06/1984	94991	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	12/09/2013	26/03/2014	84130	Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal
501921575	Centro Social de Rio Seco	19/10/1987	08/07/1996	88101	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	29/12/1979	29/12/1979	84130	Institutos Públicos
501423931	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pinhel		19/10/2005	84250	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
506929663	Freguesia de Pinhel		12/10/2012	84113	Autarquias Locais

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Beiras e Serra da Estrela

Grupo Ação Local

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
-------	-------	----------	-----------	-------------

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

A região do Vale do Côa é profundamente marcada por características dos “território de baixa densidade”:

- Região mais pobre no contexto nacional (70% do PIB per capita nacional; 50% do rendimento colectável per capita nacional; 60% a 70% do poder de compra nacional) (INE, 2008).
- Acentuado despovoamento e envelhecimento populacional;
- Variação negativa da população residente entre 2001-2011, enquanto a nível nacional se regista uma variação positiva, taxa de natalidade inferior à média nacional e taxa de mortalidade significativamente superior à média nacional e índice de envelhecimento superior à média nacional;
- Défice de desenvolvimento e iniciativa empresarial - nível relativamente frágil de empreendedorismo na região;
- Património cultural e natural muito rico, mas insuficientemente explorado, visitado e reconhecido, numa base de sustentabilidade - baixa densidade turística em termos de capacidade de alojamento e de dormidas registadas, excessiva dependência do turismo nacional e muito débil capacidade de atracção de turistas estrangeiros, índices de sazonalidade expressivos, baixas estadas médias e reduzido valor gerado por dormida.

A zona de intervenção do GAL Castelos do Côa tem todas as características “típicas” das zonas de interior ou de baixa densidade populacional: perda de população (menos 14% entre 2001 e 2011), taxa de crescimento efetivo acentuadamente negativa (em 2011, -1,2), índice de envelhecimento elevado (em 2011, 325,5), pirâmide etária invertida. Quanto à taxa de atividade, em 2011 situava-se em 36,8%, significando que no total da população com 15 ou mais anos de idade, apenas 36,8% constituem mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

Também a nível de atividade económica e do emprego o território mostra características de interioridade com um tecido empresarial reduzido (média de 1,66 empresa/km²), taxa de desemprego acima dos 10% e um poder de compra de 63,6, inferior ao das NUT's II e III.

O território do GAL Castelos do Côa perdeu, entre 2001 e 2011, 1 411 empresas, registando, em 2011, 3 459 empresas, uma densidade de 1,66 empresas/km². A NUT III regista uma densidade de 2,5 e a NUT II de 8,8 empresas/km². O território e a NUT III perdem empresas e não acompanham a tendência de aumento do número de empresas registada na NUT II entre 2001 e 2011. Cerca de 75% das empresas do território eram, em 2011, empresas individuais; 97,3% tinham menos de 10 trabalhadores e empregavam, em média 2,1 trabalhadores.

Quer em 2001, quer em 2011 são os sectores de Comércio por grosso e a retalho (2001: 1.472; 2011: 889); Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (2001: 1.182; 2011: 446) e Construção (2001:605; 2011:426) que concentram o maior número de empresas, por ordem decrescente.

A taxa de emprego da população ativa do GAL Castelos do Côa baixou de 39,1% em 2001, para 36,4% em 2011, ficando abaixo da percentagem da NUT II e III.

Em 2011, a taxa média de desemprego para os cinco concelhos era de 10,9%, inferior à taxa da NUT II e III. O número de inscritos nos centros de emprego aumentou de forma considerável durante esta década, passando de 493,9 em 2001, para 1024,3 em 2011.

Segundo o IEFP, I.P, em Dezembro de 2011, o território de intervenção registava um total de 1.092 desempregados, sendo maior o desemprego feminino (591 mulheres desempregadas). Também é maior o número de desempregados inscritos há menos de 1 ano (743 desempregados) e os que estão há procura de novo emprego (952 desempregados).

Relativamente ao poder de compra per capita, a média do território é de 63,6, ficando abaixo do poder de compra manifestado diariamente na NUT III (76,8) e ainda menor da NUT II (87,5).

Dos cinco municípios, Almeida apresenta o maior poder de compra, 74,8, próximo dos valores da NUT III. O

menor poder de compra regista-se na Mêda, 57,9 com os restantes concelhos a situarem-se próximo deste valor.

Na representatividade do domínio agrícola, elencam-se alguns dados elucidativos da dinâmica regional do setor retirados do recenseamento agrícola referente ao ano 2009.

A Superfície Agrícola Útil do território é de 82.937,89Ha, representando cerca de 80% da superfície territorial do GAL. O universo da população agrícola familiar (o produtor e o seu agregado doméstico) envolve 17.948 pessoas, estimando-se assim que cerca de 47% da população do GAL tenha uma ligação à actividade agrícola (ressalva-se que o Recenseamento Agrícola é de 2009 e o Censo de 2011). Foram contabilizadas 7.814 explorações agrícolas. As explorações agrícolas são maioritariamente sediadas no concelho de Pinhel (2417), seguindo-se Trancoso (1725), Figueira de Castelo Rodrigo (1501), Mêda (1430) e Almeida (741).

No conjunto dos concelhos, por ordem decrescente de importância sem contar com a vinha: Pastagens permanentes (36.993Ha), olival, castanheiro, amendoeiras, macieiras, marmeleiros. Se considerarmos matas e florestas sem culturas sob coberto (14.014Ha), estaria em segunda posição, à frente do olival.

Neste contexto a vinha é todavia o subsector mais dinâmico. Dados da Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior (CVRBI) revelam que a região "vem ano após ano a consolidar a sua presença no mercado nacional, onde aumentou as vendas 16,3%, e no internacional, onde cresceu 21% em 2013". As exportações de vinhos da Beira Interior representam 21,7% do total das vendas de vinhos DOC e Vinho Regional das Beiras. Em termos de produção total os dados da campanha 2013/2014 referem que 56% do vinho produzido no distrito da Guarda é dos concelhos da área de intervenção do GAL. Olhando para a produção de vinho IGP, 84% da produção do distrito corresponde aos 5 concelhos e 34% do vinho DOP.

Ao vinho de excepção, junta-se lhe uma gastronomia enriquecida com uma serie de iguarias tipicamente beirãs (fumeiro, doçaria típica em que se destacam a sardinha doce de Trancoso, as Cavacas de Pinhel, ou os bolos de azeite de Escalhão). Na listagem de produtos tradicionais de qualidade no território do GAL CASTELOS DO COA devemos destacar:

- Azeite da Beira interior DOP (5 concelhos)
- Borrego da Beira IGP (5 concelhos)
- Borrego da Serra da Estrela DOP (Sul do concelho de Trancoso)
- Cabrito da Beira IGP (5 concelhos)
- Castanha Soutos da Lapa (Trancoso)
- Maçã Bravo de Esmolfe DOP (Trancoso e Pinhel)
- Maçã da Beira Alta IGP (5 concelhos)
- Queijo Serra da Estrela DOP (Sul do concelho de Trancoso)
- Requeijão da Serra da Estrela DOP (Sul do concelho de Trancoso)
- Amêndoa Douro DOP (Norte do concelho de Mêda e Freguesia de Escalhão no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo)

O perfil do agricultor da região é do sexo masculino, com idade média de 64 anos e um nível de instrução maioritariamente básico (1º ciclo ou 4ºAno). Apenas 41 pessoas realizaram estudos no âmbito do setor agrícola/florestal, num universo de 7729 agricultores (produtores singulares).

Relativamente ao outro setor com importância crescente na região e que tanto depende da singularidade das produção agro-alimentares que magicamente caracterizam a gastronomia da região, é possível assinalar números significativos de dormidas em unidades de alojamento turístico da região. A região de Turismo do Centro publicou recentemente as estatísticas dos concelhos que integram a sua área de influência (Pinhel não consta) referente a 2013: 33.976 dormidas dos quais 70% são nacionais. O concelho de Almeida destaca-se largamente com 45% das dormidas do GAL. O efeito fronteira (Vilar Formoso) associado à monumentalidade patrimonial das Aldeias Históricas de Almeida e Castelo Mendo pode justificar esta procura substancialmente superior aos restantes concelhos. Os números revelam outra particularidade que se prende com os turistas de nacionalidade holandesa que pernoitam no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e que não visitam os concelhos vizinhos na mesma proporção. Uma leitura possível consiste na atractividade das duas áreas protegidas, particularmente o dinamismo da Reserva da Faia Brava, e do potencial em torno da Aldeia Histórica de Castelo Rodrigo. De resto, a percentagem de espanhóis "esmaga" naturalmente os restantes mercados emissores, constituindo a principal fonte de turistas desta região.

Globalmente, importa reter o potencial de desenvolvimento económico que jaz em séculos de uma história abundante e nos produtos agro-alimentares que fazem parte da "paisagem" cultural e económico das gentes do Vale do Côa. O fio condutor reside nos recursos identitários que provêm do vasto património humanizado e que a EDL se propõe dinamizar introduzindo uma forte dimensão de empreendedorismo. São os recursos identitários que definem e distinguem a região do GAL Castelos do Côa. Os mesmos recursos que vão

alimentar a EDL e participar no Desenvolvimento Sustentado do território.

(Anexo II _ Análise SWOT)

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Desenvolvimento do sector Agroalimentar
- Reforço da imagem comercial e identitária
- Capacitação de Jovens empreendedores atraídos pelas zonas rurais
- Desenvolvimento da economia verde
- Desenvolvimento de novos conceitos de empreendedorismo
- Introdução da economia digital nos vários sectores de actividade
- Pluralidade de pontos de interesse turístico
- Inovação social e empreendedorismo social
- Valorização do património material e imaterial visando a integração social

Principais Pontos Fortes

- Produtos locais tradicionais de elevada qualidade e diversidade
- Existência de roteiros temáticos
- Riqueza gastronómica
- Proximidade a Património da Humanidade classificado pela UNESCO
- Boa cobertura de respostas sociais na região como retaguarda a grupos socialmente vulneráveis

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Principais Ameaças

- Dificuldades de atracção de empresas do exterior.
- Afastamento dos mercados externos.
- Dificuldades na obtenção de financiamento.
- Multidimensionalidade da pobreza
- Sustentabilidade financeira das organizações
- Perda de património imaterial
- Despovoamento e conseqüente envelhecimento da população

Principais Pontos Fracos

- Espaço periférico em termos produtivos com escassa capacidade de geração/atracção de novas iniciativas empresariais.
- Baixa dinâmica de criação de emprego.
- Falta de inovação e valor acrescentado.
- Reduzida capacidade de captar e reter os visitantes na região.
- Fraco aproveitamento turístico das potencialidades histórico-cultural e natural.
- Presença na Web difusa.
- Falta de oferta de produtos de animação turística
- Insuficiência de circuitos de comercialização
- Elevada dependência do emprego público
- Baixo rendimento das famílias
- Estado de degradação de alguns edifícios históricos

A reflexão que os parceiros do GAL CASTELOS DO COA conduziram para contrariar a tendência de esvaziamento do território pode ser sintetizada na procura de soluções competitivas que assentam nos valores ironicamente preservados pelas consequências das assimetrias regionais. A qualidade ambiental, a diversidade paisagística, e a identidade regional conservadas nas práticas ancestrais agrícolas que estão por trás de produtos agro-alimentares de qualidade e nas tradições culturais enraizadas no calendário festivo das comunidades, constituem os ativos sobre os quais se pode revitalizar uma ruralidade consentânea com os desafios da sociedade contemporânea. Este estado de espírito pressupõe encarar a ruralidade na sua multifuncionalidade e aproveitar as sinergias que geram valor, inovação, e novas propostas dirigidas aos mercados cada vez mais sensíveis à temática do produto local, da origem, do valor nutricional, dos modos de produção, etc...

A mesma sociedade que abandonou as áreas rurais preserva no imaginário um sentimento de pertença que pode e deve ser capitalizado. A tranquilidade, a segurança, a autenticidade dos sabores, a hospitalidade das gentes, são valores que evocam uma nostalgia acarinhada pelas populações urbanas. A ligação a este sentimento é a grande vantagem competitiva das zonas rurais e passa pela transmissão destes valores na qualidade dos produtos comercializados e na qualidade da vivência da experiência turística.

Associado a esta ideia, não se deve deixar de acompanhar microtendências migratórias que a todo o momento podem assumir uma expressão relevante. O custo e a perda de qualidade de vida nas grandes cidades têm exercido uma certa influência de deslocalização da população dessas cidades para zonas do interior e/ou rurais. A par destas contrariedades, a difusão da banda larga por todo o território tem permitido a profissionais independentes e a teletrabalhadores escolher novas geografias. As áreas rurais vão certamente desempenhar novas funções na organização da sociedade actual. Para além da missão de preservação do equilíbrio ambiental/natural, devem caminhar para assumir um papel cada vez mais significativo na economia, designadamente na economia do conhecimento, a economia sem geografia que privilegia as condições de vida dos seus agentes. Neste particular contexto, o território CASTELOS DO COA tem inegáveis vantagens para as quais esta EDL está posicionada.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A Agricultura engloba a chamada economia agrícola onde se inscrevem a produção agrária, a pecuária, agro-indústria, o sector agro-alimentar, a silvo pastorícia e a floresta. Com uma população essencialmente rural, dispersa em agregados de pequena dimensão, com actividade principal baseada em sistemas agrícolas frágeis e pouco competitivos, o desafio consiste em encontrar soluções que viabilizem as explorações agrícolas e as tornem mais competitivas num contexto de criação de valor, subida na cadeia de valor. Pretende-se que a organização de clusters/fileiras sustentem processos de dinamização económica baseados na valorização dos recursos endógenos, nomeadamente no setor agroalimentar e na fileira florestal.

Objectivos: promover a diversificação da economia rural para actividades agrícolas e não agrícolas na exploração, valorizando e aproveitando as amenidades rurais associadas à agricultura, floresta, espaço não agrícola nem florestal, e aos povoamentos rurais; diversificar as explorações criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo directamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural

Empreendedorismo, um sector mais atractivo.No Empreendedorismo, considera-se todo o tecido económico que compõe a economia rural no território.

Objectivos: Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação / complementaridade do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a manutenção e revitalização económica e social destas zonas; incentivar a criação de actividades que estimulem o empreendedorismo feminino e dos jovens; formação e aumento de competências específicas para o desenvolvimento dos projectos.

Actualmente, o Turismo não se relaciona apenas com os conceitos de férias e lazer pois é cada vez mais

reconhecido o facto que a actividade turística, através de uma correcta gestão, planeamento e implementação, pode e deve ser entendida como uma ferramenta para o desenvolvimento social e económico de uma determinada região.

Nesta acepção, e confrontados com a trajetória seguida no passado, o GAL Castelos do Côa considera prioritário enfrentar um conjunto de problemas que dizem respeito à reduzida capacidade de atracção/fixação de turistas na região. Não existindo dúvidas sobre o potencial turístico do território, torna-se indispensável criar argumentos para esbater uma circunstância de território de passagem. Não há dúvidas que o território melhorou significativamente a sua capacidade de alojamento, tanto em número de quartos como na qualidade da oferta de alojamento turístico em espaço rural. Existem unidades de alojamento que são autênticas referências nacionais mas o esforço de promoção continua segregado e dependente da iniciativa individual de cada promotor.

Nesta dimensão do sector turístico, o desafio reside na capacidade de criar produtos, isto é articular oferta de alojamento com actividades de animação que cativem o turista a aumentar o período de permanência na região. Para isso, devem ser criadas condições de fruição do património e da paisagem, eventualmente facilitar transportes (transferes) e coordenar com as unidades de alojamento. O desafio reside em formatar actividades de animação turística que permitem vivenciar o território e proporcionar uma experiência única. Fundamentalmente, pretende-se capitalizar as propostas de qualidade existentes e potenciar o surgimento de novas que beneficiem a oferta global da região. Parece, neste contexto, oportuno e urgente, com base nos recursos existentes, desenvolver “produtos turísticos globais” de qualidade, com forte ligação às características únicas e identitárias do território, capazes de proporcionar uma memorável “experiência global”.

Apesar de implicar capital intensivo, os desafios que se colocam atualmente exigem uma resposta integrada que o GAL consagrou numa intervenção junto dos diversos atores: empresas extrativas, transformadoras, prescritores e empresas de comercialização - que se alinham na cadeia de valor do Granito – com o objetivo de organizar o sector, definir um diagnóstico e elaborar um quadro de prospetivas e tendências que resultem em criação de valor. A este propósito, parece pertinente enveredar por ações de benchmarking e participação em certames especializados por forma a acompanhar a evolução do sector. Pela sua importância na região, a parceria e os agentes do sector equacionam a realização de encontros técnico-científicos ou até puramente comerciais para dinamizar o sector localmente.

O contributo da EDL prende-se com a promoção da organização da fileira com a consequente adequação do sector à evolução do mercado.

Tornar a região atrativa ao investimento criando condições favoráveis à instalação de novos negócios. Promover um ecossistema de empreendedorismo passa por criar condições para hospedar novas empresas como por exemplo a transformação de espaços de trabalho partilhado (ninhos de empresas, coworking, incubadoras, laboratórios criativos, etc...), serviços remotos às empresas, criar uma rede de mentoring, promover a refuncionalização de Espaços (Património), fomentar o desenvolvimento da Economia Verde (preservação ambiental, eficiência energética, medidas de atenuação de poluição), Mapeamento de Oportunidades de Negócio, Criar uma Rede de Mentoring, rede de “Gestores de Negócio”, Aproximação a Centros de Conhecimento, fontes alternativas de financiamento.

- Apoio ao desenvolvimento de modelos de negócio orientados para os mercados internacionais, com ações de promoção e marketing internacional e ações que visem o conhecimento e acesso a novos mercados, incluindo a utilização de canais digitais e privilegiando os mercados/segmentos não tradicionais;
 - Apoio a ações coletivas de prospeção, conhecimento e acesso a novos mercados com vista o reconhecimento internacional de bens e serviços produzidos na região.
- Apoio a iniciativas de cooperação interempresarial visando o aumento de escala e uma resposta integrada à sofisticação da procura internacional;
- Apoio a projetos de qualificação direccionados para o aumento da competitividade, da flexibilidade e capacidade de resposta no mercado global (design, desenvolvimento e engenharia de produtos, economia digital e TIC, propriedade industrial, certificação de produtos, serviços ou sistemas de gestão logística, criação ou reforço de capacidades laboratoriais, criação e registo de marcas, etc.);
 - Apoio a projetos de reforço das capacidades de organização e gestão das PME, incluindo, o investimento em desenvolvimento das capacidades estratégicas e de gestão competitiva, redes modernas de distribuição e colocação de bens e serviços, bem como a utilização de TIC;
 - Apoio a ações coletivas de incremento de competências empresariais, incluindo informação e aconselhamento técnico em domínios relevantes para a competitividade e internacionalização das PME.

Integração social e Património, um fator de coesão. No eixo da Integração Social e Património, pretende-se reforçar a cobertura de respostas sociais instaladas e intervir na preservação dos Patrimónios numa lógica de coesão social e reforço da identidade territorial.

Objetivos: Combater a exclusão social e a aproximação entre gerações através:

Reabilitação de Património, Acções de Empreendedorismo Social, Promover o Envelhecimento Ativo,

Facilitar a Cooperação entre Instituições

Património, um fator de identidade territorial.

Objectivos: Valorizar o património rural, na óptica do interesse colectivo; elementos que constituam um sistema integrado e complementar entre o património construído e o património imaterial e a relação com o espaço físico, como factor de identidade e de atractividade do território, tornando-o acessível à comunidade.

A orientação inequívoca da EDL para a criação de valor, remete para o Eixo Estratégico da Comunicação a missão de executar um plano de marketing territorial. O esforço de gerar mais competitividade na agricultura, tornar o território mais atractivo para a criação de negócios bem como reforçar a coesão social e afirmar a identidade regional, exige uma acção consistente de visibilidade do território. Atendendo ao facto do marketing territorial se inserir num processo de promoção territorial e desenvolvimento local, o GAL pretende mobilizar recursos e articular as intervenções do âmbito dos restantes vetores estratégicos, tirando partido das vantagens comparativas da região. A comunicação posiciona-se portanto como vetor estratégico complementar e transversal procurando construir uma narrativa em redor de todos os aspectos distintivos que formam a singularidade deste território.

A abordagem do marketing territorial coloca o conceito de desenvolvimento local sob uma matriz empresarial direccionada ao mercado. Esta influência determina a utilização de uma chave de leitura do potencial de desenvolvimento do território que passa pela análise do mercado, a definição de uma estratégia de mercado e a formatação de uma estratégia de comunicação e de promoção do produto, elementos subordinados ao processo em si: análise, planificação, execução e controlo de resultado das medidas implementadas.

A instrumentalização do plano de marketing territorial integrando os vectores estratégicos potencia o desenvolvimento da cadeia de valor das respectivas fileiras. O desafio seguinte do vetor Comunicação consiste em alavancar a estrutura empresarial existente para a sua entrada na esfera da economia digital e assim alargar o mercado, o volume de negócios e criar novas dinâmicas empreendedoras, indispensáveis ao processo de desenvolvimento do território.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O GAL adotou uma estrutura funcional, explicitado no tópico: “modelo de governação”, que orientou a construção da Estratégia Local de Desenvolvimento (PRODER) e a sua execução entre os anos 2008 e 2015. A estrutura orgânica do GAL conta portanto com uma experiência e maturidade que concorrem para a motivação e mobilização verificada na construção da presente EDL. Aquando da preparação da EDL, foram realizados grupos de trabalho que reflectiram sobre as áreas críticas do desenvolvimento do território. Destas áreas críticas nasceram os 4 eixos 7 vetores estratégicos que estruturam a EDL CASTELOS DO COA 2020. Pretende-se, na fase de implementação, dar continuidade a este trabalho mediante a constituição de grupos operacionais organizados em torno dos vectores estratégicos. A função destes grupos, constituídos pelos membros do GAL, visa dinamizar o território e torno do cumprimento das metas e objetivos propostos. Caberá à EG a missão de animar e secretariar estes grupos. Por sua vez, existe na estrutura do GAL o Conselho Consultivo cuja missão se cruza também com o objectivo de dinamizar a Estratégia e monitorizar a sua execução.

Na vertente operacional, o corpo técnico da EG assegura a devida mobilização dos órgãos da parceria mediante o trabalho de secretariado técnico. No terreno, o começo da animação da EDL pressupõe uma componente de informação de grande envergadura. A animação em torno da EDL depende de um conhecimento aprofundado das linhas estratégicas, pelo que os recursos alocados para a vertente de comunicação adquirem a maior das relevâncias no contexto de um plano de comunicação sistematizado no Eixo Comunicação da EDL e que será materializado nas medidas de funcionamento e animação previstos para a EG. Exige-se um fluxo de comunicação/informação metódico, tão regular quanto persistente. A página de internet do GAL/EG assume-se como núcleo disseminador da dinâmica de informação e de animação. Como referenciado na descrição da estratégia, mais que uma página de internet, pretende-se que evolua para um portal que assimile a gestão de conteúdos orientados para alcançar os objetivos da EDL. Na transposição dos conteúdos digitais para a sua aplicação no terreno, remete-se uma parte significativa da divulgação da EDL para um contacto de proximidade com os agentes locais. Aproveitando a cobertura do GIP que percorre os 5 concelhos do GAL CASTELOS DO COA, os técnicos do DLBC deslocar-se-ão periodicamente em cada concelho para prestar informação relevante sobre apoios disponíveis e divulgar iniciativas de promoção que sejam pertinentes em cada circunstância. Esta medida tem dupla vantagem: permite a ligação dos técnicos ao território e evita deslocações aos promotores que obtêm um atendimento personalizado na sua sede de concelho. Este último aspecto, importa acima de tudo em primeiras abordagens, nas quais as pessoas ainda hesitam e necessitam de dissipar dúvidas. Por outro lado, esta “descentralização” deverá igualmente resultar na cooperação com técnicos das autarquias que poderão dar continuidade a determinadas componentes dos pedidos de apoio prestando um auxílio inicial aos potenciais beneficiários. Mas este entrosamento verifica-se também com as associações de agricultores e empresariais que integram a parceria e que vão levar a mensagem da EDL Castelos do Cõa 2020 juntos dos seus associados.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A Estratégia de Desenvolvimento Local do GAL CASTELOS DO CÔA 2020 (EDL CASTELOS DO CÔA 2020) inscreve-se na hierarquia de Estratégias Territoriais que Portugal vai implementar no âmbito do ciclo de programação de fundos comunitários 2014-2020. Consideram-se neste enquadramento o Programa Operacional Regional do Centro 2014/2020 e o Plano Estratégico das Beiras e Serra da Estrela. Estes dois documentos constituem os referenciais sobre os quais foi desenhado a EDL CASTELOS DO COA2020, norteados pela Estratégia Europa 2020 que visa criar um crescimento inteligente, sustentável, e inclusivo. Todavia, a parceria não se deixou condicionar à hierarquia das Estratégias regionais e sub-regionais. Preferiu adoptar uma visão abrangente, procurando acrescentar capacidade de intervenção no registo dos resultados a alcançar a nível local. Fruto da sua capacidade operacional, o GAL tem a vantagem de procurar estender o seu âmbito de actuação com vista a atingir os seus objectivos mediante um conjunto de meios que vão permitir dar substância à EDL. Para além da natural complementaridade com o CRER 2020 e PEDI CIMBSE, todos os mecanismos de financiamentos disponíveis no FEEI 2020 formam parte de um leque de alternativas ao alcance da instrumentalização da EDL.

A Estratégia integrada de Desenvolvimento Intermunicipal coincidente com a área de atuação da EDL CASTELOS DO COA2020 é a EIDT Beiras Serra da Estrela 2020. O GAL CASTELOS DO COA abrange neste conjunto 5 concelhos da zona norte da CIM Beiras e Serra da Estrela. Fundamentalmente, ambas estratégias focam-se no combate aos estrangulamentos vividos ao nível do emprego, da produtividade e da coesão social. A EDL apresenta uma atenção particular nas seguintes áreas temáticas (3 das 5 áreas temáticas):

- ? Inovação, Internacionalização e Atração de Investimento Produtivo;
- ? Turismo e Agro-Industrial;
- ? Logística, Mobilidade e Serviços Básicos;

Enquadrando a sua Estratégia numa visão partilhada com a EIDT de uma região:

Autêntica, que vai acautelar um progresso económico baseado no respeito dos valores naturais, culturais e patrimoniais da Região;

Inclusiva, propiciadora de oportunidades para as novas gerações, com capacidade de enquadramento das competências e valências dos que quiserem regressar à sua origem e com um acompanhamento próximo das gerações mais experientes, enquanto guardiãs das tradições e dos valores do território e merecedoras, pelos seus sacrifícios passados, dos benefícios económicos dos novos tempos;

Empreendedora, com capacidade para gerar e atrair empreendedores, criando emprego e gerando valor acrescentado;

Internacional, com empresários locais activamente envolvidos nos mercados globais, promovendo produtos regionais e atraindo fluxos turísticos.

E na missão de:

Dinamizar novas actividades económicas que valorizam o património natural, cultural e arquitectónico, projectando a imagem da Região pela promoção de novos fluxos turísticos e de uma maior visibilidade global dos produtos regionais;

Inovar assegurando uma melhor ligação à Universidade e aos centros de investigação e aproveitando a maior qualificação das populações para atrair novas actividades de valor acrescentando.

Nas devidas proporções, existe grande consonância nos objetivos temáticos da EIDT e a EDL, nomeadamente: Preservação e protecção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos, Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores. Verifica-se ainda um paralelismo nas prioridades: Crescimento Sustentável – construção de uma economia sustentável, competitiva e eficiente (implantação das TIC, reforçar vantagens competitivas das PME).

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

O GAL identificou 4 eixos estratégicos: Agricultura, Empreendedorismo, Integração Social e Património,

Comunicação. A ruralidade é uma marca identitária com reflexos em domínios económicos, sociais e culturais. Todavia, a Agricultura é a área temática fundamental para caracterizar a identidade regional. Neste sentido, recorreremos ao FEADER para mobilizar fundos que vão permitir tornar a Agricultura um setor mais competitivo, assumindo como objetivos específicos: ? Acrescentar valor por via da diferenciação dos produtos agroalimentares ? Promover a criação de marca territorial e certificação local ? Organizar as fileiras setoriais e territoriais ? Aproveitar as sinergias entre os produtos locais e outras atividades locais ligadas ao aproveitamento do território e do património ? Aumentar o contributo da fileira florestal ? Promover a comercialização de proximidade e o consumo local dos produtos agroalimentares do território Os objetivos estratégicos enunciados encontram eco nas principais áreas de intervenção do FEADER: - Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização: Acrescentar valor por via da diferenciação dos produtos agroalimentares locais (potenciando a imagem de produtos tradicionais que são produzidos respeitando práticas culturais, ambientais e sociais): promover a transformação e a criação duma marca territorial e certificação local; Aumentar o contributo da cinegética, pesca, silvopastorícia, apicultura, produção de cogumelos; Organizar as fileiras setoriais e territoriais - Diversificação de atividades na exploração: Aproveitar as sinergias entre os produtos locais e outras atividades locais ligadas ao aproveitamento do território e do património; Organizar as fileiras setoriais e territoriais - Cadeias curtas e mercados locais: Promover a comercialização de proximidade e o consumo local dos produtos agroalimentares do território; Organizar as fileiras setoriais e territoriais; - Promoção de produtos de qualidade locais: Promover a comercialização de proximidade e o consumo local dos produtos agroalimentares do território; Organizar as fileiras setoriais e territoriais; A segunda área temática do Empreendedorismo pretende imprimir uma cultura de iniciativa empresarial geradora de dinâmicas criadoras de emprego suportando-se: 1) No FEADER: Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização; Diversificação de atividades na exploração; Cadeias curtas e mercados locais; Promoção de produtos de qualidade locais; 2) No FEDER: PI 8a, “Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas”, eixo prioritário 4 “Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR E CONVERGIR)” do POR Centro, e “Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas”. 3) No FSE: PI 8iii, “Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras”, eixo prioritário 4 “Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR E CONVERGIR)” do POR Centro. Os Objetivos estratégicos são: ? Estimular o surgimento de iniciativas empresariais ? Fomentar cultura de empreendedorismo ? Promover as condições de desenvolvimento das economias locais estimulando potenciais endógenos e fatores de competitividade; ? Promover a intensificação e diversificação da cooperação entre empresas, associações empresariais e polos de investigação tendo em vista a exploração de oportunidades de negócio conjuntas com base no crescimento e inovação; ? Diversificação das atividades económicas . Medidas Empreendedorismo do Programa da Ação da EDL: FEADER: - Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização; - Diversificação de atividades na exploração; - Cadeias curtas e mercados locais; - Promoção de produtos de qualidade locais; FEDER: - Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho - Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas FSE: - Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras A área temática da Integração Social e Património engloba 2 dimensões muito caras à parceria. Apesar destas dimensões terem perdido importância nos instrumentos da política ao serviço do DLBC, o GAL assume esta área temática que, na dimensão da Integração Social poderá vir a ser dinamizada pela esfera privada por via de iniciativas de empreendedorismo social financiadas via FEDER e FSE, ou FEADER no âmbito de Serviços Básicos (incluídos na “renovação de aldeias”). No Património, recorre-se ao FEADER “Renovação de aldeias”, ao FEDER nas tipologias PI 6c, do eixo prioritário 7 “Afiramar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)” do POR do Centro, na vertente Património cultural e na vertente Património. Neste fundo, as medidas do programa de ação da EDL são: “Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico” e “Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visita de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais”. Objetivos estratégicos: ? Garantir a inclusão social ativa através da promoção da participação no mercado de trabalho e do combate à pobreza e exclusão social

? Certificar as respostas sociais ? Estimular a Responsabilidade Social das empresas ? Favorecer o empreendedorismo social ? Redes de promoção e comercialização do património ? Roteiros turísticos ? Requalificação e conservação do património edificado Por último, a área temática Comunicação permite ampliar as anteriores podendo ganhar influência junto da iniciativa privada através das medidas “cadeias curtas e mercados locais”, promoção de produtos de qualidade locais” ou ainda “Projetos de criação do próprio emprego” e “Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas ou para a criação de novas empresas”.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

Os 4 eixos da EDL decompõem-se em 7 vectores estratégicos: a Agricultura subdivide-se em Agricultura e Floresta. No Empreendedorismo destacam-se o vetor estratégico do Turismo, dos Granitos/Inertes e do Empreendedorismo. A Integração Social e Património, bem como Comunicação constituem vectores por si só. Agricultura. Com uma população essencialmente rural, dispersa em agregados de pequena dimensão, com actividade principal baseada em sistemas agrícolas frágeis e pouco competitivos, o desafio consiste em encontrar soluções que viabilizem as explorações agrícolas e as tornem mais competitivas num contexto de criação de valor. Não obstante tratar-se de uma atividade económica pouca atrativa para as camadas mais jovens da população, existe, a nível nacional, uma nova geração de agricultores que está a marcar a mudança no setor, possuidora de uma maior qualificação, diferenciação na atividade desenvolvida e produtos comercializados, apoiando-se numa capacidade de organização e gestão reforçada, indutora de um reposicionamento assente em estratégias de exportação com produtos de marca, e usando práticas agrícolas “amigas” do ambiente. Pretende-se que a região se deixe inspirar por esta geração e que a organização de clusters/fileiras sustentem processos de dinamização económica baseados na valorização dos recursos endógenos. Cultivar a diferença e gerar valor através dela. Entramos numa lógica de diversificação da base económica mas sem perder de vista um horizonte de maior competitividade e sustentabilidade. O setor florestal é uma componente do eixo agrícola com forte potencial nos cinco concelhos da zona de intervenção. A gestão florestal moderna deve considerar os espaços florestais como suporte de ecossistemas que produzem bens e serviços. O sector é encarado na perspectiva do contributo que pode trazer para o desenvolvimento sustentável e ordenado da região, inscrevendo-se integralmente na Estratégia Nacional para as Florestas. Turismo. Confrontados com a trajetória seguida no passado, o GAL Castelos do Côa considera prioritário enfrentar um conjunto de problemas que dizem respeito à reduzida capacidade de atracção/fixação de turistas na região. Nesta dimensão do sector turístico, o desafio reside na capacidade de criar produtos, isto é articular oferta de alojamento com actividades de animação que cativem o turista a aumentar o período de permanência na região. A estratégia adoptada para o Turismo serve ainda os objectivos para o sector agrícola: o território promove os produtos e estes promovem o território. Sector dos Granitos (e Inertes). Os desafios que se colocam exigem uma resposta integrada que o GAL consagrou numa intervenção junto dos diversos atores: empresas extrativas, transformadoras, prescritores e empresas de comercialização - que se alinham na cadeia de valor do Granito – com o objetivo de organizar o sector, definir um diagnóstico e elaborar um quadro de prospetivas e tendências que resultem em criação de valor. Empreendedorismo. Não sendo um actividade económica per si, entende-se com este vetor promover a criação e desenvolvimento de negócios de uma forma transversal. Tornar a região atrativa ao investimento criando condições favoráveis à instalação de novos negócios. Promover um ecossistema de empreendedorismo passa por criar condições para hospedar novas empresas como por exemplo a transformação de espaços de trabalho, serviços remotos às empresas, criar uma rede de mentoring, promover a refuncionalização de Espaços (Património), fomentar o desenvolvimento da Economia Verde (preservação ambiental, eficiência energética, Mapeamento de Oportunidades de Negócio. É importante difundir uma cultura de empreendedorismo, na aceção de uma atitude próativa face ao (des)emprego e permitir que as organizações instaladas no território adquirem competências para se internacionalizar. Nos vectores Integração Social e Património, pretende-se reforçar a cobertura de respostas sociais instaladas e intervir na preservação dos Patrimónios numa lógica de coesão social e reforço da identidade territorial. A orientação inequívoca da EDL para a criação de valor, remete para o Eixo Estratégico da Comunicação a missão de executar um plano de marketing territorial. O esforço de gerar mais competitividade na agricultura, tornar o território mais atractivo para a criação de negócios bem como reforçar a coesão social e afirmar a identidade regional, exige uma acção consistente de visibilidade do território. Atendendo ao facto do marketing territorial se inserir num processo de promoção territorial e desenvolvimento local, o GAL pretende mobilizar recursos e articular as intervenções do âmbito dos restantes vectores estratégicos, tirando partido das vantagens comparativas da região. A comunicação posiciona-se portanto como vetor estratégico complementar e transversal procurando construir uma narrativa em redor dos aspectos distintivos que formam a singularidade deste território.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de Peq. Invest agrícolas	Despesa Pública	554,15	923,58	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	60,00	103,00	923 584,54€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos Investimentos na transformação e comercialização	Despesa Pública	418,72	697,87	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	6,00	697 861,51€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação da atividade na exploração	Despesa Pública	328,42	547,36	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	5,00	547 364,57€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Despesa Pública	6,20	10,35	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	10 347,69€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Despesa Pública	64,80	108,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	108 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de Aldeias	Despesa Pública	135,00	225,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	225 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Empresas que beneficiam de apoio	9,00	19,00	Postos de trabalho criados	10,00	25,00	730 083,97€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico, cultural e elevado interesse turístico	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	363,00	908,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,60	1,00	3 342,66€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	25,00	63,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	1 074 623,60€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Empreendedorismo				Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,00	2,00	733 426,63€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Nº de projetos apoiados	3,00	6,00				547 364,57€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Nº de explorações apoiadas	2,00	5,00				547 364,57€

99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Nº de beneficiários apoiados	3,00	7,00				547 364,57€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	0,00	1,00				10 347,69€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Explorações apoiadas	4,00	6,00				10 347,69€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Beneficiários apoiados	2,00	4,00				10 347,69€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	5,00	8,00				697 861,51€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Explorações apoiadas	6,00	10,00				697 861,51€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Beneficiários apoiados	5,00	9,00				697 861,51€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projectos apoiados	0,00	2,00				108 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Explorações apoiadas	0,00	4,00				108 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Beneficiários apoiados	0,00	1,00				108 000,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos na exploração agrícola	Explorações apoiadas	40,00	80,00				923 584,54€
99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos na exploração agrícola	Beneficiários apoiados	40,00	80,00				923 584,54€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	0,00	5,00				225 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Beneficiários apoiados	300,00	750,00				225 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho				Estratégia	1,00	1,00	733 426,63€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEADER	2 512 158,31€
FEDER	733 426,63€
FSE	1 074 623,60€
Total	4 320 208,54€

Pressupostos

O preenchimento do plano financeiro corresponde à distribuição dos valores concedidos para FEADER, FSE e FEDER em sede de análise da candidatura DLBC-99-2015-02-049. A proposta actualizada tenta satisfazer os objectivos estratégicos do DLBC CASTELOS DO COA 2020 na certeza porém, que ficará muito aquém das projecções idealizadas devido à redução substancial do envelope financeiro atribuído. Os indicadores, por sua vez, constituem um previsão prudente das metas a alcançar tendo em conta as limitações para animação e divulgação da estratégia.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

A cooperação assume uma importância fundamental na implementação da EDL Castelos do Côa 2020 como surge descrito em vários momentos da Estratégia. Existe um historial de parcerias internacionais que nos permite estender a rede do GAL e partilhar conhecimento/experiências em variados domínios de interesse para a EDL. Respeitando os Eixos e Vetores Estratégicos, serão privilegiadas ações que permitam alavancar o esforço de organização de fileiras dos produtos endógenos. A título de exemplo, iniciou-se uma parceria de grande interesse para o setor da Castanha com o GAL francês Parc des Monts d'Ardeche que interessa aprofundar. Esta parceria permite aproveitar o conhecimento adquirido no combate à vespa do castanheiro que foi recentemente detetado no território e que vai ter consequências desastrosas na produção. Mas para além do combate à vespa, este GAL francês "especializou-se" na fileira da castanha, pelo que há todo o interesse em colaborar na óptica de valorização da fileira, promoção e comercialização. Este formato de parceria deverá ser adoptado para outros produtos como sejam o azeite e o vinho em que, para além dos GAL's portugueses ADD, Beira Douro, Corane, e Douro Superior, contamos com parcerias com o GAL Pays Sud Charente (França), Adezos (Espanha) e Moligal (Itália), e que queremos aproveitar para aprofundar as medidas das cadeias curtas e dos mercados locais bem como a promoção dos produtos de qualidade locais. São áreas que tocam os vetores estratégicos da agricultura, floresta, turismo e comunicação, e que abrem múltiplas pistas de cooperação.

Por fim, outra área temática que será alvo de trabalho em rede prende-se com a Integração Social e com a possibilidade de colocar em redes transnacionais as respostas sociais existentes no território, por um lado, mas também na vertente cultural, permitir o desenvolvimento de intercâmbios dirigidos especialmente às crianças e jovens dos territórios rurais.

Em termos globais, os projetos de cooperação deverão contribuir para alcançar metas tais como: Aumento do número de visitantes, N.º de ações de divulgação, Aumento do volume de vendas dos produtos endógenos, Aumento da oferta turística, Aumento do consumo/comercialização dos produtos locais, N.º de ações de promoção, N.º de mercados dinamizados, n.º de participações em feiras, n.º de intercâmbios realizados,

A composição do GAL reflecte a abertura do território em participar em redes que contribuam para o desenvolvimento da região. A entrada de unidades de investigação (polos universitários) e associações setoriais (CEVALOR, AAPIM, NERGA...) visa, neste capítulo, capacitar a parceria dos meios institucionais para construir projetos de cooperação com robustez necessária para provocar mais valias no território. A cooperação será portanto mais um instrumento ao alcance dos parceiros para participar na EDL CASTELOS DO COA e aprofundar os objetivos que se propõe atingir.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A articulação funcional entre os cinco órgãos que compõem a parceria é assegurada através do Regulamento da Assembleia de Parceiros (Anexo III _ Regulamento do GAL CASTELOS DO COA).

O modelo de governança aprovado adopta a estrutura seguinte:

A Assembleia de Parceiros é o órgão deliberativo da Parceria e é constituído pela totalidade dos parceiros em efetividade de funções. Tem como atribuição geral discutir, promover o acompanhamento e avaliação da EDL do GAL Castelos do Côa. A Assembleia de Parceiros é coordenada por uma mesa composta pelo Presidente e dois Secretários eleitos por voto secreto em Plenário.

O Órgão de Gestão é o órgão decisório do GAL. É constituído por 11 (onze) elementos, refletindo de forma proporcional a composição da Parceria Territorial. A sua composição deve respeitar o princípio de que as entidades públicas ou qualquer grupo de interesse não podem representar mais que 49% dos direitos de votos em processos de decisão. O Órgão de Gestão inclui obrigatoriamente a entidade gestora que presidirá. Ao Órgão de Gestão compete, nomeadamente:

- a) Garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL.
- b) Assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, no acompanhamento e na avaliação da estratégia definida e cumprir com as recomendações decorrentes dessa participação, e, se necessário, propor à Assembleia de Parceiros alterações na EDL, de forma a alcançar os objectivos propostos.
- c) Representar a Parceria junto das autoridades nacionais e comunitárias.
- d) Elaborar o seu Regulamento Interno de funcionamento.
- e) Decidir sobre atribuição de apoios em função de pareceres de avaliação técnica emanados da Entidade Gestora.
- f) Deliberar a abertura de concurso e respectivos normativos, designadamente: aviso de concurso, regulamentos específicos, grelhas de avaliação.

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. O Conselho Fiscal reúne ordinariamente, anualmente, com vista à emissão do parecer sobre o relatório de execução a submeter à Assembleia de Parceiros, bem como extraordinariamente sempre que para tal for convocado pelo seu Presidente, por dois dos seus membros ou a pedido do Órgão de Gestão.

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar os atos do Órgão de Gestão;
- b) Dar parecer sobre os relatórios de execução da EDL a submeter ao Assembleia de Parceiros;
- c) Velar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias;
- d) Assistir, sem direito a voto, a reuniões do Órgão de Gestão, sob convocatória do seu Presidente;

O Conselho Consultivo é um órgão destinado a aconselhar a PARCERIA a tomar opções estratégicas e a acompanhar com um olhar crítico a implementação da EDL. A sua composição deverá refletir um conjunto de competências e conhecimento externos ao território de forma a permitir uma aderência às tendências mais progressivas em matéria de desenvolvimento local. O Conselho Consultivo constituirá uma mesa composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. O Conselho Consultivo reúne ordinariamente, anualmente, com vista à emissão de parecer sobre a avaliação da implementação da EDL, bem como extraordinariamente sempre que para tal for convocado pelo seu Presidente, por dois dos seus membros ou a pedido do Órgão de Gestão.

Compete ao Conselho Consultivo:

- a) Avaliar a execução da EDL;
- b) Dar parecer sobre os relatórios de execução da EDL;
- c) Monitorizar as linhas estratégicas da EDL;
- d) Propor ao Órgão de Gestão alterações de foro estratégico para serem submetidas à aprovação da Assembleia de Parceiros;

A Raia Histórica – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira é a Entidade Gestora responsável pela candidatura perante as Autoridades de Gestão e Autoridades de Pagamento

Compete à EG Raia Histórica a dinamização e coordenação das atividades e ações inscritas na EDL aprovada. A EG tem como missão dinamizar a parceria cabendo-lhe ainda a coordenação do trabalho dos parceiros nas diferentes atividades de dinamização da EDL.

As competências técnicas são da estrita esfera de responsabilidades da entidade gestora. Por seu turno, a incumbência decisória é da exclusiva competência do Órgão de Gestão. Esta relação de subordinação da entidade gestora face ao órgão de gestão garante a segregação de funções técnicas e decisórias.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

O modelo de governação da parceria foi concebido para assegurar a participação plena e informada de todos os parceiros. Esta participação manifestou-se desde logo na elaboração da EDL mas comporta outras etapas igualmente importantes que passam, nomeadamente, pelo acompanhamento da implementação da EDL, a sua avaliação (o impacto que está a surgir), e a eventual necessidade de reorientar a EDL.

A segregação de funções associada à hierarquia prevista no modelo de governação da parceria incorpora também a função de controlo interno com vista à avaliação do cumprimento dos objetivos. Nas reuniões periódicas previstas para cada órgão discutir-se-á nomeadamente a evolução da EDL nos seus diversos planos de actuação, quer seja da iniciativa da parceria, quer no registo da performance dos projetos aprovados.

Em matéria de instrumentos, destacam-se duas soluções intimamente relacionadas com a avaliação interna da ADL: relatórios de execução com periodicidade semestral, e a conceção de um barómetro publicado na página de internet que apresenta em gráfico (formato a definir) as metas fixadas na EDL com os resultados alcançados. Este último instrumento, articulado com a plataforma informática de gestão de projetos (concebida no âmbito do PRODOR), permite uma actualização permanente à medida que se vai apurando a execução da EDL, constituindo um rigoroso elemento de transparência na divulgação dos progressos alcançados.

Em matéria de acompanhamento da EDL, o órgão de gestão, unidade executiva do GAL, e a EG são os elementos que traduzem na ação a materialização da EDL. Mais que o acompanhamento, compete-lhes a iniciativa de desenvolver as ações que o GAL necessita de por em prática no acompanhamento da EDL, em particular a monitorização dos projetos aprovados e sua aderência aos objetivos e metas definidos. Com o distanciamento necessário para manter objetividade e avaliação crítica, o Conselho Consultivo corresponderá aos desafios que surgirão no seio da comunidade no contexto da execução da EDL. A posta em prática da EDL vai seguramente encarar-se com inovações e desafios que, por não terem sido equacionados, poderão provocar alguma incerteza na hora de avaliar a sua pertinência face à EDL. Em termos práticos, espera-se que o Conselho Consultivo assuma essa capacidade de imprimir uma assessoria estratégica no que diz respeito à incorporação de factores de inovação ou de valor acrescentado para enriquecer a estratégia. Nesta dimensão, e atendendo à sua constituição pluridisciplinar e tendencialmente ligado à investigação/inovação, o Conselho Estratégico poderá dinamizar ações de carácter técnico com vista a testar conceitos ou tentar responder a determinada problemática levantada a nível local. É uma ligação ao exterior que vem oxigenar a EDL com ideias inovadoras nos mais variados domínios.

Fruto das relações de cooperação interterritorial existentes, será ainda criada uma Comissão Local de Acompanhamento que integrará um conjunto de organismos cuja missão consiste em acompanhar a evolução das EDL's da NUT III. Esta Comissão Local de Acompanhamento decorre do Pacto Territorial intitulado: "Beiras e Serra da Estrela – Estratégias Concertadas" celebrado entre a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e as Associações de Desenvolvimento Local ADERES, ADRUSE, Pró Raia, Raia Histórica e RUDE, todas Entidades Gestoras (Anexo VI _ Acordo de Parceria ADL CIM). Este pacto abrange as intervenções DLBC de tipo Rural para os concelhos de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia, e Trancoso.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Protocolo de parceria	Cartas de Adesão_Parceiros Concelho Pinhel.pdf	21/07/2015 16:12	218597843
Outros	Anexo II _ Analise SWOT.pdf	24/07/2015 18:36	218597843
Protocolo de parceria	Cartas de Adesão_Parceiros Investigação.pdf	21/07/2015 16:12	218597843
Outros	Anexo I _ Curriculum da Raia Historica 2020.pdf	27/07/2015 10:54	218597843
Outros	DLBC RURAL CASTELOS DO COA2020_ Documento de Candidatura (pre-qualificação).pdf	27/07/2015 10:55	218597843
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-049.pdf	28/09/2015 12:08	
Protocolo de parceria	Cartas de Adesão_Parceiros Externos.pdf	21/07/2015 16:12	218597843
Protocolo de parceria	Cartas de Adesão_Parceiros Concelho Almeida.pdf	21/07/2015 16:12	218597843
Protocolo de parceria	Cartas de Adesão_Parceiros Concelho Mêda.pdf	21/07/2015 16:12	218597843
Protocolo de parceria	Cartas de Adesão_Parceiros Concelho Figueira de Castelo Rodrigo.pdf	21/07/2015 16:12	218597843
Protocolo de parceria	Anexo VII _ Carta de Parceria entre as ADL-GAL da Região Centro.pdf	21/07/2015 16:12	218597843
Outros	Anexo III _ Regulamento Assembleia de Parceiros Castelos do Coa 2020.pdf	24/07/2015 18:37	218597843
Protocolo de parceria	Cartas de Adesão_Parceiros Concelho Trancoso.pdf	21/07/2015 16:12	218597843
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-049.pdf	15/12/2015 14:51	
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	ETL 2020.pdf	27/07/2015 10:55	218597843
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-049.pdf	27/07/2015 11:34	218597843
Protocolo de parceria	Anexo VI _ Acordo de Parceria ADLs CIM.pdf	21/07/2015 16:12	218597843
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	OG DLBC CASTELOS DO COA 2020.pdf	21/07/2015 16:12	218597843